PUBLICAÇÃO ONLINE

Junho 2013
BRASIL

AUTOR: MARCELO RESICO

O debate sobre os modelos de capitalismo e a economia social de mercado*

Depois da queda do muro de Berlim, durante os anos 1990 e início do novo milênio, configurou-se um mundo que pode ser caracterizado como unipolar e no qual surgiu uma interpretação extremada do livre mercado: a ideia de um mercado completamente auto-regulado e, portanto, de uma política econômica baseada na desregulamentação - e a confiança na evolução automática da democracia de cunho ocidental.[1]

A crise financeira e econômica internacional deflagrada em 2007-2008, acabou em boa parte com essa visão no que diz respeito aos automatismos sociais na História. A crise financeira, que se originou em condições próximas do colapso de uma bolha especulativa nos mercados de hipotecas, gerou o que tem sido chamado de "a grande recessão" da economia internacional e revelou as deficiências de um modelo baseado em um "mercado desregulamentado". Obedecendo a este paradigma, as regulações da economia – em particular as dos mercados financeiros – foram seriamente distendidas, houve uma concentração econômica da propriedade e da riqueza e surgiu um sistema financeiro vulnerável a crises recorrentes e sistêmicas.[2] Como resultado, assistimos hoje à deterioração da situação social, em particular do mundo desenvolvido, e ao enfraquecimento dos valores cívicos e democráticos em vários países.

Apesar disso, esses fenômenos revelaram um processo de longo prazo de ressurgimento de um mundo multipolar no qual concorrem modelos nacionais ou socioculturais de capitalismo. Os modelos de capitalismo são dados por combinações de políticas econômicas, um determinado conjunto de instituições e um determinado tecido sociocultural. Essas estruturas também se a-

---

* O presente artigo é uma versão reescrita da minha palestra intitulada “Modelos de capitalismo y la responsabilidad sobre un nuevo orden internacional” apresentada durante a Conferencia Internacional "América Latina ante los distintos escenarios de salida de la crisis global", organizada pelo CEI do Colmex em fevereiro de 2012.

[1] *O fim da historia e o último homem* de Francis Fukuyama (Planeta, México, 1992) impulsionou esta visão.

[2] Ver Marcelo Resico, (2002) “Crisis en la nueva economía”, *Revista Valores*, FCSE-UCA, dezembro, nr. 55.; e “A crise financeira e o debate sobre as regulações,” jornal *El Economista*, 3/10/2008.

ONLINE-PUBLICAÇÃO
JUNHO 2013

http://www.kas.de/brasilien/pt/
www.kas.de

plicam à realidade dentro do âmbito de uma concepção estratégico, geralmente em nível nacional, que trata de adaptar os elementos mencionados a uma situação da conjuntura econômica e geopolítica dentro de um prazo curto e médio.

De maneira geral, a atual crise econômica internacional marcou a necessidade da volta da intervenção do Estado na economia, o que ocorre em maior ou menor grau na grande maioria dos países - incluindo política de apoio a entidades financeiras e empresas através da participação do Estado, seguros-desemprego e políticas sociais, e o apoio ao gasto público em obras de infraestrutura, entre outras. Além disso, começou um debate sobre a necessidade ou não de reformular as regulações nacionais e as instituições internacionais. As políticas anticíclicas de maior intervenção do Estado na economia foram capazes de conter os piores efeitos da crise, se bem que ainda não se vê "a luz no fim do túnel", permanecendo – no momento em que este artigo está sendo escrito, a probabilidade de uma recessão de duas quedas, ou seja, com uma curva em forma de "W".

Por outro lado, começam a se perceber diferentes maneiras de interpretar as intervenções do Estado na economia. Por um lado, na maior parte do mundo desenvolvido isso é concebido enquanto intervenção pontual e excepcional, com a finalidade de recuperar a economia do setor privado, visto como motor primário do crescimento. Em vários países do mundo emergente, a intervenção dá lugar a um novo modelo no qual a intervenção estatal pretende administrar as economias por tempo indeterminado.[3] Os líderes de vários países estão adotando pragmaticamente um novo modelo: o "capitalismo de Estado", que alguns acreditam poder ajudar a superar a crise financeira e dos "mercados desregulados", garantindo o crescimento econômico. Outros países estão em uma situação intermediária, em compasso de espera. Parece-nos que o debate sobre os sistemas econômicos e suas políticas concomitantes daqui para frente se definirá dentro do contexto dessas tendências que se esboçam.

Por outro lado, em nível global pode-se perceber que o sistema internacional está ameaçado, não só pelos efeitos conjunturais da crise, mas também pelas diferentes interpretações de como deveria estar organizado, baseadas nos modelos divergentes de capitalismo. As transformações no equilíbrio do poder econômico e político em nível internacional, que pode ser ilustrado através da evolução do G-7 ao atual G-20, fazem com que assumir esse tema seja inevitável para resolver a configuração que deve ganhar a nova arquitetura internacional.[4]

A tese central deste artigo é que existe uma terceira alternativa entre o "capitalismo do mercado desregulado" e o "capitalismo de Estado": a "economia social de mercado", capaz não apenas de fornecer uma resposta adequada aos desafios nacionais, como também ser uma contribuição para a reconstituição do sistema internacional.

[3] Ian Bremmer, (2009). "State Capitalism Comes of Age", *Foreign Affairs*, May/Jun, Vol.88, Issue3.

[4] Bremmer, I., Roubini, N., (2011). "A G-Zero World", *Foreign Affairs*, mar/abr, v.90, número 2.

ONLINE-PUBLICAÇÃO
JUNHO 2013

http://www.kas.de/brasilien/pt/
www.kas.de

II. O capitalismo de Estado e seus limites

O capitalismo de Estado é um sistema no qual o governo atua como ator econômico dominante e se utiliza dos mercados basicamente em benefício político. Para tanto, pode combinar o autoritarismo político com o controle estatal dos setores-chaves da economia. Os governos que praticam o "capitalismo de Estado" sabem, depois da experiência do comunismo soviético, que sustentar o crescimento econômico é essencial para manter o monopólio do poder político.

A economia nesses países pode teoricamente conservar a propriedade privada e uma abertura pragmática do comercio exterior, mas o faz ao serviço do Estado e de seus líderes. O governo usa as companhias estatais ou controladas pelo Estado e outros atores sociais (sindicatos e movimentos sociais, como ocorre na América Latina), para alavancar suas políticas. No capitalismo de estado, o êxito dos negócios depende das relações próximas entre empresários e funcionários políticos. Ao mesmo tempo, a política de expansão das atividades e das atribuições de Estado provê mais oportunidades de acondicionar os atores econômicos e sociais.

Segundo analistas do fenômeno, o capitalismo de Estado tem três atores principais, as empresas estatais (petrolíferas e em outros setores relevantes), as corporações privadas nacionais aliadas, e os fundos financeiros públicos.[5] As grandes empresas estatais costumam ter posição de monopólio em seus respectivos setores, gozam de condições mais vantajosas e contam com financiamento do Estado. O governo usa mesmo assim empresas privadas selecionadas, chamadas de "campeões nacionais", para liderar setores-chaves da indústria.[6] As companhias estatais ou controladas pelo Estado costumam desfrutar de um papel dominante na economia doméstica e nos mercados de exportação.

Os fundos financeiros públicos visam lograr um estreito controle dos projetos de investimento mais relevantes através do poder de financiamento de longo prazo do Estado. Este último, por sua vez, obtém o capital captando reservas de divisas acumuladas graças às exportações, apropriando-se dos rendimentos dos recursos naturais e dos rendimentos provenientes da operação das grandes empresas controladas. As motivações por trás das decisões de investimento são ao mesmo tempo políticas e econômicas.

O governo controla a economia atuando como um capitalista (na acepção cunhada por Karl Marx), ou seja, apropriando-se de excedentes da economia privada para seu posterior investimento. A política de "apropriação de excedentes" requer um sistema produtivo capaz de gerar riquezas. Nessa concepção, a estratégia ótima não é a maximização dos retornos de curto prazo, e sim promover o máximo possível o sistema produtivo, de maneira consistente com a preservação da posição dominante no sistema.

---

[5] Adaptado de Ian Bremmer, (2008). "The Return of State Capitalism", *Survival*, v. 50, nr. 3, jun/jul, p. 55–64., mencionado por 4.

[6] Grandes empresas privadas dependem do apadrinhamento do Estado em forma de restrições legais para eliminar a concorrência, o aceso diferenciado a contratos de governo, subsídios, financiamento de longo prazo de investimentos, etc.

ONLINE-PUBLICAÇÃO
JUNHO 2013

http://www.kas.de/brasilien/pt/
www.kas.de

As características culturais da América Latina fazem com que a nossa forma predominante de "capitalismo de estado" esteja colorida de um autoritarismo personalista ou carismático e de um clientelismo demagógico de um Estado que reparte recursos para ganhar eleições e angariar adeptos. Esta política está se afirmando em alguns países da região a partir da abundância de recursos naturais, atualmente beneficiados por ótimos preços internacionais. No entanto, este esquema dilapida valiosos recursos em investimentos de duvidosa racionalidade econômica e políticas sociais mal desenhadas, sem o menor interesse em motivar a auto- superação e independência das pessoas assistidas. Sua trajetória dependerá da manutenção das condições internacionais que o tornam possível (preços internacionais) e do nível de ineficiência e contradições que gera que e sejam percebidos de forma cabal pela população.

De um ponto de vista mais geral, o capitalismo de estado é um sistema que apresenta fortes limitações e que vão aumentando com o tempo. As decisões econômicas, tomadas por políticos e burocratas, agregam ineficiências, tornando as economias menos competitivas, menos eficientes e menos produtivas. Gastos administrativos mais elevados, a ineficiência e a crescente corrupção pública adicionam custos ao funcionamento dos mercados. A mescla de negócios com governo anula a concorrência, somado ao fato de que o capitalismo de estado – assim como o modelo do "mercado desregulado"– não acredita nas leis contra monopólios. As distorções da concorrência, como desequilíbrios, desajustes, "engarrafamentos", etc., levam a una péssima alocação dos recursos, o que, no capitalismo de estado, geralmente implica novas intervenções, provocando um círculo vicioso.

As empresas que maximizam objetivos políticos não costumam ser inovadoras e produtivas, posto que os critérios políticos frequentemente obstruem a eficiência e as boas condições empresariais. Os investimentos que se fazem baseados em cálculos políticos não atendem os critérios econômicos, colocando em risco o crescimento das próprias empresas favorecidas. Além disso, os créditos estatais para reduzir riscos costumam ser canalizados para grandes empresas, sem chegar às pequenas. A corrupção é maior à medida que o Estado cresce, impulsionando a deterioração do funcionamento da própria administração pública, dos serviços públicos e da infraestrutura. Com o passar do tempo, os sistemas de capitalismo de estado sofrem erosão.[7]

Por outro lado, a politização das relações econômicas gera uma desarmonia dos interesses, que se manifesta em uma tensão constante e crescente. A apropriação do excedente expande a lógica da "soma zero", pela qual um indivíduo ou grupo ganha às custas de outro, incentivando a escalada do conflito entre as partes. Assim, pode-se produzir uma tensão no interior da classe dominante, ou entre a classe dominante e o resto da sociedade.[8] Em última análise, o modelo, que contém contradições crescentes, torna-se inerentemente instável com o decorrer do tempo.

---

[7] Walter E. Grinder, John Hagel Iii, "Toward a Theory of State Capitalism: Ultimate Decision-Making and Class Structure", *Journal of Libertarian Studies*, v.1. I. nr I, p. 59-79.

[8] Ibid.

ONLINE-PUBLICAÇÃO
JUNHO 2013

http://www.kas.de/brasilien/pt/
www.kas.de

III. Sistemas de organização econômica alternativos na atualidade

O capitalismo do "mercado desregulado" levou à "grande recessão" atual, com base na concentração econômica, na instrumentalização das agencias reguladoras por parte dos grupos interessados e a uma desregulamentação imprudente que causou a grande instabilidade financeira posterior. Contudo, sua atual substituição por sistemas de capitalismo de estado apenas aprofundam essas deficiências, gerando ao mesmo tempo uma economia ineficiente e concentrada, sistemas sociais cada vez mais autoritários e opacos à participação cidadã e aumentando o incentivo à corrupção.

Se, nas últimas décadas, foram cometidos sérios abusos em nome dos sistemas de capitalismo descentralizado de mercado, enfraquecendo em grande medida a vitalidade e os controles de uma democracia sob o Estado de direito, no momento em que a economia é orientada em função social e se estabelece um marco institucional sólido, recuperando a participação civil ativa, esta forma de organização continua configurando um sistema que comprovadamente evita abusos, gerando legitimidade e crescimento econômico. Mesmo quando os regimes democráticos não se mostram imunes aos elementos do capitalismo do Estado, a democracia institucionalizada e participativa, com seu estado de direito, os mecanismos de alternância do poder, uma sociedade civil ativa, uma imprensa pluralista e livre e outros controles do poder, apoiados pelo consenso para serem eficazes, dificultam a sua expansão.

Um exemplo desse tipo de sistema é o que se tem chamado de Economia Social de Mercado – uma terceira alternativa entre a "economia de mercado desregulado", que entrou recentemente em colapso, e o "capitalismo de Estado" que vem surgindo atualmente.[9]

IV. A Economia Social de Mercado enquanto sistema de "ordenamento"

A economia social de mercado é um sistema baseado na economia livre e que não pode ser concebido sem um sólido marco institucional que a regule, além da ênfase na socialização dos resultados do crescimento econômico de forma equitativa na sociedade, sob forma de políticas sociais que fomentem a auto- superação das pessoas e das comunidades. O marco institucional, nesse sistema, baseia-se nas regras de uma economia de mercado, na defesa contra todas as formas de concentração do poder econômico, na defesa da livre concorrência e na regulação dos mercados para evitar condutas que firam a justiça, além de um sistema de competição leal e regras para o uso de políticas macroeconômicas que abram um espaço para seu uso prudente em casos de situações excepcionais, como a crise atual. O conjunto da política social é concebido em sua função "subsidiaria", apoiando a autoajuda e partindo do fomento e fortalecimento de iniciativas da sociedade civil, com um Estado que intervém nos casos em que estas iniciativas no sejam suficientes. Este

[9] La ESM é uma teoria completa da economia e um comprovado modo de organização da economia real. Essa abordagem foi desenvolvida e aplicada com êxito na Alemanha depois da Segunda Guerra Mundial. Os resultados influenciaram soluções semelhantes em países vizinhos na mesma época e contribuíram para a reunificação da Alemanha em 1898. Também influenciou tanto o sistema econômico adotado pela União Européia como a dos países em transição e outros países em desenvolvimento, incluindo a América Latina.

ONLINE-PUBLICAÇÃO
JUNHO 2013

http://www.kas.de/brasilien/pt/
www.kas.de

modelo socioeconômico complementa intrinsecamente o sistema político da democracia participativa, baseada no reconhecimento dos direitos individuais e sociais, com a alternância do governo e a divisão de poderes para garanti-los.[10]

A ESM originou-se a partir da busca de um marco econômico e institucional de médio e longo prazos que pôde servir de base explícita, respeitada e estável para a organização de um sistema econômico. Os diferentes atores da economia, como consumidores, investidores, pequenos poupadores, sindicatos, empresários, precisam de um marco de referência claro e confiável no médio e longo prazos para a tomada de decisões. Dentro da perspectiva da ESM, essa concepção é designada por "sistema de ordenamento da economia".

A Economia Social de Mercado se baseia na organização de mercados enquanto melhor sistema de alocação e recursos e trata de corrigir e prover as condições institucionais, éticas e sociais para sua operacionalização eficiente e equitativa. Quando é preciso, não se abstém de corrigir possíveis excessos ou desequilíbrios que possam surgir em um sistema econômico moderno baseado em mercados livres, caracterizado por uma minuciosa e ampla divisão do trabalho e que, em determinados setores e sob certas circunstancias, possa se afasta de uma competição leal e eficaz Essa definição de ESM enquanto modelo socioeconômico provém das ideias desenvolvidas por Alfred Müller-Armack, que apelidou o conceito como ideia aberta, e não como teoria fechada.[11]

O sistema da ESM surge do intuito consciente de sintetizar as vantagens do sistema econômico de mercado: fomento da iniciativa individual, produtividade, eficiência, tendência à autorregulação, com os aportes fundamentais da tradição social da solidariedade e da cooperação baseadas na equidade e na justiça em uma determinada sociedade. Os defensores dessa concepção trabalha em uma síntese da tradição político-econômica liberal quanto aos "direitos individuais", o "republicanismo" e o "mercado," com a tradição do pensamento social-cristão que enfatiza a "dignidade humana," a "justiça social" e a "solidariedade".

Para concretizar na realidade econômica, os princípios sociopolíticos enumerados até aqui, a Economia Social de Mercado se baseia em uma série de princípios econômicos que deles derivam. A primeira enumeração dos mesmos se deve à contribuição do economista Walter Eucken, um dos porta-vozes da Escola de Freiburg, que os classificou em dois grupos: os chamados "princípios estruturais," dedicados a garantir o âmbitos da liberdade econômica, e os "princípios reguladores", destinados a prevenir possíveis abusos dessa liberdade e que garantam que os benefícios gerados no mercado sejam distribuídos de maneira socialmente justa. [12]

---

[10] Resico Marcelo, (2011). *Introducción a la Economía Social de mercado. Edición Latinoamericana*, Río de Janeiro, SOPLA-KAS.

[11] Em sua obra *Wirtschaftslenkung und Marktwirtschaft* (Direciionamento económico e economía de mercado), de 1946. Baseado no artigo "Economía Social de Mercado, Introducción" por Friedrun Quaas, en Hasse Rolf H., Schneider Hermann, Weigelt Klaus (ed.), (2008). *Diccionario de Economía Social de Mercado, Polírica Económica de la A a la Z*, 3ra. Ed., Buenos Aires, Konrad Adenauer Stiftung.

[12] Cf. Eucken Walter**,** *Fundamentos da Política Econômica* (Grundlagen der Wirts-

ONLINE-PUBLICAÇÃO
JUNHO 2013

http://www.kas.de/brasilien/pt/
www.kas.de

Os princípios estruturais implicam o desenvolvimento de uma economia de mercado que permita de maneira corretamente desenhada um sistema de fomento à produção e de organização econômica mais eficiente que se conhece. Quanto aos princípios reguladores, referem-se ao marco institucional e à política econômica a cargo do Estado, e são necessários para que uma economia de mercado ofereça os benefícios de sua alta produtividade a serviço da sociedade como um todo.

Todo este conjunto de princípios econômicos pressupõe a existência de um estado "forte e limitado", em contraposição ao liberalismo econômico extremo e ao estatismo autoritário. "Forte", para impulsionar e aplicar os princípios enunciados, inclusive sancionando os indivíduos ou grupos de pressão que pretendam vulnerabilizá-los, impondo seus interesses particulares; e "limitado" para que não se exceda em suas funções além dos princípios enunciados, nem no desenho, nem em sua aplicação. Além disso, a operacionalização desse Estado se concebe a partir do ponto de vista de sua subsidiariedade, ou seja, em total consonância com a delegação de funções e o fomento da participação civil ou organizada.

Existem hoje, na América Latina, exemplos de trajetórias de países que se baseiam em um fortalecimento das instituições e um estado de direito com uma economia baseada em mercados que permitem a melhoria dos indicadores sociais. É o que mostram os países da região que mais progrediram em termos indicadores econômicos e sociais.[13] Apesar disso, o capitalismo de estado parece estar se impondo em outros países da região, em resposta ao colapso do modelo do "mercado autorregulado", resposta essa que já está dando mostras de suas fraquezas.[14]

V. O debate sobre os sistemas de organização econômica em nível global

Além de ser uma resposta de saída sustentável em nível nacional, o modelo da Economia Social de Mercado pode vir a ser um importante marco de referência enquanto contribuição para a reorganização do sistema internacional. O sistema internacional encontra-se gravemente ameaçado, não apenas devido aos efeitos conjunturais da crise, como por uma falta de consenso quanto à forma que deve assumir essa reorganização, devido aos modelos divergentes de capitalismo, junto com os valores e as instituições que os compõem.

---

chaftspolitik), Rialp, Madrid, 1956; e Karsten Siegfried, Eucken´s Social Market Economy and its Test in Post War West Germany, *American Journal of Economics and Sociology*, v. 44, nr 2, abril de 1985.

[13] French Davis, Ricardo, (2003). *Entre el Neoliberalismo y el crecimiento con Equidad, tres décadas de política económica en Chile*, Ed. J. C. Saez.; Yañez Eugenio, (2005). *Economía Social de Mercado en Chile, Mito o realidad?*, Hans Seidel Stiftung, Santiago de Chile; Fontenla Montes Emilio, Guzmán Cuevas Joaquín Eds., (2005). Brasil y la Economía Social de Mercado, Ed. Cáceres, Universidad de Extremadura.

[14] Ver la tesis de licenciatura en economía de la carrera de economía de la UCA: "Economía Política del Neo-Populismo de izquierda. Los casos de Venezuela, Bolivia y Ecuador". Gonzalo Gutiérrez De la Fuente, marco de 2010.

ONLINE-PUBLICAÇÃO
JUNHO 2013

http://www.kas.de/brasilien/pt/
www.kas.de

A economia global sempre precisou de valores e instituições comuns, além da liderança de certos países que garantiam requisitos concretos, como uma rede de segurança para os mercados, o comércio e os fluxos de capital.[15] Os organismos internacionais, por outro lado, foram criados para resolver conflitos através de regras votadas por seus membros, para não recorrer à força. No entanto, a sua estrutura de representação se refere ao fim da segunda guerra, cenário que hoje claramente mudou, enfraquecendo a sua representatividade. O declínio relativo da liderança dos EUA enquanto provedor de bens públicos em nível mundial, somado ao fato de a China se encontrar centrada em seu próprio desenvolvimento, postergando no momento a assunção de maiores responsabilidades globais, junto com as diferenças entre os países desenvolvidos e emergentes, estão criando um vazio na liderança internacional.

As mudanças no equilíbrio do poder econômico e político em nível internacional, ilustrado pela evolução do G-7 ao atual G-20, tornam esse tema inevitável para resolver a forma que deve assumir a nova arquitetura internacional. Até meados dos anos 1990, o G-7 liderou um contexto internacional baseado em um núcleo de valores como a democracia e a economia de mercado. Atualmente, tem-se tentado dotar a instituição de maior representatividade, criando um G-20 que reúna países desenvolvidos e emergentes destacados. A pesar de ter vindo atuando de forma relativamente coordenada frente à crise aguda, essa instituição tem mostrado dificuldades para chegar a consensos por diferenças filosóficas nas respectivas visões de democracia, do papel do governo e da economia e os enfoques para a reconstrução dos organismos internacionais.[16]

Essa fraqueza surge justamente em um momento em que esses consensos são muito necessários para enfrentar os temas da atenda atual, que são graves e urgentes. O desacoplamento da China através da mudança de estratégia de desenvolvimento de seu mercado interno, o choque entre diferentes modelos de capitalismo e a competição pela obtenção de recursos e mercados trarão atritos. O aumento de conflitos comerciais no contexto da manutenção de desequilíbrios globais já é um sinal disso.

Neste contexto, fica cada vez mais nítida a necessidade de estabelecer acordos com garantias para governar a economia global daqui para frente. Para isso, faz-se necessário um marco comum para estabelecer limites à intervenção dos estados com vistas ao comércio e ao ambiente internacional.[17] No

---

[15] "Em um sistema econômico de mercado competitivo, assim como em qualquer outro sistema econômico, a integração econômica não pode definitivamente ir além da integração sociopolítica baseada em leis, instituições e nas forcas psico-morais. Essa última é a condição essencial da primeira, e por isso é altamente duvidoso que a integração econômica seja suficiente para produzir automaticamente o grau requerido de integração sociopolítica. [A integração internacional] é um artefato altamente sensível da civilização ocidental, com todos os ingredientes da moralidade crista e pré-cristã e suas formas secularizadas." Wilhelm Röpke, *International Economic Disintegration*. London 1942, p.68.

[16] WEF, (2012). "Global Agenda Council on Geopolitical Risk", Davos-Klosters, Switzerland 25-29 January.

[17] Lehmann Jean-Pierre and Appleton Arthur, (2011). "Only the Rule of Law can Prevent a US-China Conflict", IMD, Lausanne, Switzerland, January.

ONLINE-PUBLICAÇÃO
JUNHO 2013

http://www.kas.de/brasilien/pt/
www.kas.de

atual cenário, isso significa que Estados Unidos e China consigam se aproximar de posições nas quais será cada vez mais importante o papel de terceiras partes, o que coloca em relevância a Europa com seu modelo de Economia Social de Mercado.[18] Nessa linha, existe ainda um caminho de política internacional para as nações da nossa região que, abandonando as estreitezas dos anos 1990. Não aceitem o capitalismo de Estado, mas tratem de garantir o crescimento econômico junto com a distribuição social dos benefícios no contexto de uma melhoria da qualidade institucional do Estado e das políticas públicas.

Referências bibliográficas

Albert Michel, (1997): "The Future of Continental Socio-Economic Models", Max Planck Institut Für Gesellschaftsforschung, *Working Paper* 97/6,.

Albert Michel e Rauf Gonenc, (1996): "The future of Rhenish Capitalism", *The political Quarterly,* Publishing Co.,.

Blum Reinhard, (2002): "Brauchen wir eine 'neue Soziale Marktwirtschaft'? (Precisamos de uma nova economia de mercado social?)," Volkswirtschaftliche Diskussionsreihe, artigo nr. 229, Institut für Volkswirtschaftslehre, Universität Augsburg.

Bremmer, Ian, (2011)."On the Economy, be Careful what you Wish For", *Foreign Policy*, jul/ago, ed. 187.

_____, (2010). "Gathering Storm America and China In 2020", *World Affairs*, jul/ago.

_____, (2009). "The End of the Free Market: Who Wins the War Between States and Corporations?", Portfolio.

_____, (2009). "State Capitalism Comes of Age", *Foreign Affairs*, maio/junho, v.88, ed.3.

_____, (2008). "The Return of State Capitalism", *Survival*, v. 50, nr. 3, junho/julho, p. 55–64.

Bremmer, I., Roubini, N., (2010). "Paradise Lost", *Institutional Investor*, setembro, v. 44, ed 7.

_____, (2011). "A G-Zero World", *Foreign Affairs*, marco/abril, v.90, ed. 2.

Broyer Sylvain, (1996) "The Social market Economy: Birth of an Economic Style", Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, *Discussion paper*, FS I 96 – 318.

Buscher Martin, (1993): "Economic Systems and Normative Fundaments: A Social Market Economy-in The Light of Economic Ethics", *Journal of Socio-Economics*, Winter 93, v. 22 ed. 4, p.311, 12pp.

Epstein Gady, (2010). "The Winners and Losers in Chinese Capitalism", *Forbes.*

Eucken Walter, (1948): El problema político de la ordenación, (Das ordnungspolitische Problem, *Ordo*, Vol. I, 1948.), em (1963) *La Economía de Mercado*, Madrid, Sociedad de Estudios y Publicaciones.

_____, (1949): "Die Wettbewerbsordnung und ihre Verwirklichung," *Ordo, Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft uns Gesellschaft*, v.2.

Ffrench Davis, Ricardo, (2003). *Entre el Neoliberalismo y el crecimiento con Equidad, tres décadas de política económica en Chile*, Ed. J. C. Saez.

[18] Takenaka Heizo, "The Chinese Mirror*", Project Syndicate*, 3/2/2011.

ONLINE-PUBLICAÇÃO
JUNHO 2013

http://www.kas.de/brasilien/pt/
www.kas.de

Fontenla Montes Emilio, Guzmán Cuevas Joaquín Eds., (2005). *Brasil y la Economía Social de Mercado*, Ed. Cáceres, Universidad de Extremadura.

Foxley, Alejandro, (1997): "Globalization means a larger, not a smaller, state for Latin America," *New Perspectives Quarterly*, Fall 97, v. 14, ed. 4.

Grinder Walter E., Hagel Iii John, "Toward a Theory of State Capitalism: Ultimate Decision-Making and Class Structure", *Journal of Libertarian Studies*, V.1. I. nr. I, p. 59-79.

Hasse Rolf H., Schneider Hermann, Weigelt Klaus (ed.), (2008). *Diccionario de Economía Social de Mercado, Polírica Económica de la A a la Z*, 3ra. Ed., Buenos Aires, Konrad Adenauer Stiftung.

Hurtado Osvaldo, (2004): "Neoliberalismo y Economía social de Mercado", *Revista Testimonio*, No. 79, abril-setembro.

Janjigian Vahan, (2010) "Communism is Dead, but State Capitalism Thrives", *Forbes*.

Karsten Siegfried, (1985): "Eucken´s Social Market Economy and its Test in Post War West Germany," *American Journal of Economics and Sociology*, v. 44, nr, abril

Khatri Naresh, Tsang Eric W. K., Begley Thomas M., (2006). "Cronyism: A Cross-Cultural Analysis", *Journal of International Business Studies*, v. 37, n.1, jan., p. 61-75.

Leipold Helmut, (1990): "Neoliberal Ordnungstheorie and Constitutional Economics, a comparison between Eucken and Buchanan," *Constitutional Political Economy*, v.1, nr. 1.

Lehmann Jean-Pierre and Appleton Arthur, (2011). "Only the Rule of Law can Prevent a US-China Conflict", IMD, Lausanne, Switzerland, Janeiro.

Meijer Gerrit, (1994): "Walter Eucken´s Contribution to Economics in a International Perspective", *Journal of Economic Studies,* v.21, nr. 4, p. 25-37.

Müller Armack Alfred, "The Meaning of the Social Market Economy," in (1989) *German Social Market Economy: Origins and Evolution*, Ed. By Alan Peacock and Hans Willgerodt, London, Macmillan Press.

Nicholls, Anthony James, (1994). *Freedom with Responsibility : the Social Market Economy in Germany, 1918-1963,* Oxford, Oxford University Press.

Oliver Henry, (1960): "German Neoliberalism"*, Quarterly Journal of Economics*, LXXIV, October, 117-149.

Razeen Sally, "Ordoliberalism and the Social Market : Classical Political Economy from Germany," *New Political Economy*, julho 96, v. 1,número 2, 25p.

Resico Marcelo, (2011). *Introducción a la Economía Social de mercado. Edición Latinoamericana*, Río de Janeiro, SOPLA-KAS.

_____, (2008). *La estructura de una economía humana. Reflexiones en cuanto a la actualidad del pensamiento de W. Röpke*, Buenos Aires, Educa.

_____, (2006): "Reformas Económicas y Modernización del Estado", *Revista Diálogo Político*, Konrad Adenauer Stiftung, Año XXIII, nr 3, setembro.

_____, (2002) "Crisis en la nueva economía", *Revista Valores*, FCSE-UCA, dezembro, nr. 55.

Rieter Heinz y Schmolz Mattias, (1993): "The ideas of German Ordoliberalism 1938-45: pointing the way to a new economic order," *The European Journal of the History of Economic Tought,* 1:1 Autumn.

Röpke Wilhelm, (1936). *Crises and Cycles.* London. XII und 224 S.

_____, (1942). *International Economic Disintegration*. Londres.

Rüstow Alexander, (1961) "El significado histórico de la Economía Social de Merca-

ONLINE-PUBLICAÇÃO
JUNHO 2013

http://www.kas.de/brasilien/pt/
www.kas.de

do," *Simposio Direcciones Contemporáneas del Pensamiento Económico*, Instituto de Filosofía y Sociología de la Economía, Universidad de La Plata.

_____, (1950). *Das Versagen des Wirtschaftsliberalismus,* Helmut Küpper Vormals Georg Bondi.

Salehizadeh Mehdi, (2007). "Emerging Economies' Multinationals: Current Status and Future Prospects", *Third World Quarterly*, v. 28, nr. 6, p. 1151-1166.

Smith Mitchell P., (2001): "Europe and the German Model: Growing tension or Symbiosis?", *German Politics*, v.10, nr. 3 (dezembro).

Soros George, "A New World Architecture", Project Syndicate, 11/4/2009

Stiglitz Joseph, (2002). *El Malestar en la Globalización*, Madrid, Taurus.

_____, (2002). "Crony capitalism American-style", *Proyect Syndicate*.

Streit Manfred and Wohlgemuth Michael, (1997): "The Market Economy and the State. Hayekian and Ordoliberal Conceptions," *Diskussionsbeitrag, 06-97,* Max Plank Institut zur Erforschung von Wirtschaftssystemen.

Takenaka Heizo, "The Chinese Mirror", Project Syndicate, 3/2/2011.

Vanberg, Viktor. (1988). "'Ordnungstheorie' as Constitutional Economics -The German Conception of a 'Social Market Economy'." *Ordo* 39: 17-31.

Watrin Christian, (2002): "The German Economy in 2002. The Rise and Fall of the German Model", Paper given in Rome, Italy, 11 de dezembro.

_____, (1999): Europe's "New" Third Way, *Speech at Heritage Foundation*, 11 de maio.

WEF, (2012). "Global Agenda Council on Geopolitical Risk", Davos-Klosters, Switzerland 25-29 January.

Willgerodt Hans, Watrin Christian, Stützel Wolfgang, Hohmann Karl, (1982). *Standard Texts on the Social Market Economy*, Stuttgart – Nova York, Gustav Fischer.

Willgerodt Hans and Peacock Alan Eds., (1989). *German Neo-Liberals and the Social Market Economy,* London, The Macmillan Press Ltd.

Yañez Eugenio, (2005). Economía Social de Mercado en Chile, Mito o realidad?, Hans Seidel Stiftung, Santiago de Chile